

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos **19 de setembro de 1997**, no auditório do Centro Siloé, em **Vinhedo**, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária do CBH-PCJ, registrando-se a participação de cerca de cem pessoas, entre representantes dos Municípios, da Sociedade Civil e do Estado; conforme lista de presença anexa, e do público registrado em livro próprio. Após a recepção aos presentes, foi composta a mesa dirigente dos trabalhos com os senhores Pedro Theodoro Kühn, Presidente do CBH-PCJ e Prefeito de Limeira, Sr. Eduardo Lovo Paschoalotti, Vice-Presidente do CBH-PCJ e representante do CIESP-Americana; Sr. Humberto de Campos, Prefeito Municipal de Piracicaba e representante dos Municípios no Conselho Estadual de Recursos Hídricos; Sr. Vitório Antoniazzi, Prefeito Municipal de Valinhos e Presidente do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba e Capivari, D. Cristiano, Prior do Mosteiro de São Bento; e Sr. Rui Brasil Assis, Diretor da Bacia do Médio Tietê do DAEE e Secretário Executivo do CBH-PCJ. **1. Abertura:** Dando início à reunião, o Sr. Pedro Theodoro Kühn, Presidente do CBH-PCJ, agradece a presença de todos, informa a existência de quórum e dá por aberta a reunião. **2. Leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião Ordinária:** O Senhor Presidente passa a palavra ao Secretário Executivo, que após as explicações de praxe, solicita a dispensa da leitura da Minuta de Ata da 8ª Reunião Ordinária, considerando sua distribuição prévia. Não havendo considerações sobre a redação da mesma, passa-se à votação, sendo aprovada por unanimidade. **3. Comunicações:** O Senhor Presidente passa novamente a palavra ao Secretário Executivo para que proceda às comunicações. O Sr. Rui Brasil Assis inicia informando que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) realizou sua 4ª Reunião Ordinária em 21/05/97, ocasião em que foram eleitos representantes dos Municípios no COFEHIDRO, os senhores Prefeitos de Piracicaba, Praia Grande, Lucélia e Ribeirão Preto; foi aprovada a distribuição da verba do orçamento de 1997 (R\$ 27,467 milhões) entre os diversos Comitês, cabendo ao CBH-PCJ 8,8% ou R\$ 2,417 milhões; foi comunicada a instalação dos dois últimos Comitês do Estado, o CBH - Litoral Norte, em 02 de agosto e do CBH-S.J. dos Dourados, em 07 de agosto. Em 25 de agosto passado o CRH realizou reunião Extraordinária, ocasião em que discutiu novas diretrizes sobre o mandato dos dirigentes de Comitês de Bacias, sendo adiada a deliberação a respeito, após o recebimento de sugestões; discutiu também nova composição para o segmento da Sociedade Civil no CRH, concluindo-se que o assunto deverá ser objeto de proposta do próprio segmento a ser deliberada em futura reunião; foi comunicado que o Conselho Estadual de Saneamento (CONESAN) deliberou não instalar as Comissões Regionais de Saneamento (CRESAN's) e delegar as questões regionais referentes à saneamento para os Comitês de Bacia, porém com a condição de que os Comitês criem Câmara Técnica específica para tratar deste tema. Ressalta que este assunto foi bastante discutido, pois o Sistema de Recursos Hídricos tem critérios próprios para criar suas Câmaras Técnicas; por fim foi deliberado que todos Comitês criem Câmaras Técnicas de Saneamento, conforme seus critérios e normas. Portanto, esclarece o Sr. Rui Brasil Assis, o CBH-PCJ deverá organizar sua Câmara Técnica de Saneamento. Prosseguindo, informa ainda que na última reunião do CRH, foi apresentado um cronograma referente à discussão da Lei para Cobrança pelo Uso da Água, cronograma este extremamente apertado, que tem por objetivo final o encaminhamento pelo Governador de um Projeto de Lei, ainda este ano, à Assembleia Legislativa. Com relação à última reunião do FEHIDRO, realizada no dia 21 de julho, o Secretário Executivo informa que foram aprovadas uma série de deliberações. Dentre as mais importantes, destacam-se: a) ampliação do limite para liberações de recursos na modalidade de fundo perdido; b) definição mais clara de quais entidades podem receber recursos a fundo perdido; c) liberação para que entidades de direito privado possam ser indicadas para recebimento de verbas; d) que 5% dos recursos do orçamento do ano de 1997 serão aplicados em investimentos de interesse para programas de caráter estadual do Plano Estadual de Recursos Hídricos inseridos no Programa de Duração Continuada nº 1 (PDC 1) e outros 5% serão aplicados no custeio dos Comitês de Bacias, sendo prevista a destinação ao CBH-PCJ de R\$105.290,00 (cento e cinco mil, duzentos e noventa reais). Os recursos destinados a investimentos (5% de 97) somados aos recursos disponíveis em anos anteriores, mas não utilizados, totalizam R\$3,276 milhões, que serão aplicados em três programas importantes para o Estado de São Paulo, a saber: R\$1 milhão no "Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos", onde consta a aquisição de equipamentos de informática para os Comitês; R\$1,6 milhão na "Renovação da Rede Hidrológica

Básica do Estado de São Paulo”; R\$370 mil na implantação de dois Sistemas de Informações Geográficas cujas áreas pilotos serão provavelmente a região das Bacias PCJ e a região do Alto Tietê; e R\$ 306 mil serão aplicados na compra de 20 veículos que serão destinados a cada um dos Comitês de Bacia existentes no Estado; e) deliberou-se um prazo até 31 de agosto para todos os mutuários com verba de 1994 que ainda não tivessem aprovado suas documentações que tais verbas retornariam para o Comitê para distribuí-las novamente. Esclarece que nessa condição, existem três projetos, ou seja, R\$1,2 milhão destinados à Piracicaba (ETE Piracicamirim), R\$1 milhão destinados à Campinas (ETE do Samambaia) e R\$650 mil destinados à Americana (ETE - Carioba). Na seqüência, o Secretário Executivo comunica recebimento de ofício do COFEHIDRO, em 8 de setembro passado, informando que R\$130 mil que seriam inicialmente destinados à Americana, por problemas burocráticos, serão realocados e portanto não serão mais destinados à Americana, sendo acrescido ao montante a ser distribuídos na presente reunião. Também informa recebimento do FEHIDRO de uma Minuta referente à proposta para alteração do Decreto nº 37.300, que regulamenta o funcionamento do FEHIDRO e do Manual de Procedimentos Operacionais. Acrescenta que esta Minuta está à disposição de todos a fim de que possam sugerir possíveis alterações, as quais deverão ser encaminhadas no prazo máximo de uma semana. Comenta que o papel dos agentes técnicos do FEHIDRO, principalmente DAEE e CETESB, encontra-se em processo de aprimoramento. Para a próxima reunião do COFEHIDRO está prevista deliberação no sentido de que todas as indicações anteriores, priorizadas pelos Comitês com recursos dos orçamentos de 94, 95 e 96 e que ainda não se concretizaram, ou seja, tiveram contratos assinados, sejam canceladas pelo FEHIDRO, com retorno dessas verbas aos respectivos Comitês para redistribuí-las. Tais verbas passarão a integrar o orçamento de 1997, portanto passando a obedecer às novas regras de distribuição, ou seja, aumentando a possibilidade de destinar verbas a fundo perdido, tendo em vista que o novo limite para esta modalidade. Continuando, informa que o CONESAN, recentemente instalado, instituiu uma comissão para tratar do assunto referente à gestão de recursos financeiros, sendo que o Prefeito Municipal de Jundiaí é o representante da região de atuação do CBH-PCJ neste Conselho, bem como na comissão criada. Comenta que os municípios devem estar atentos a este assunto pois foi deliberado sobre a área geográfica prioritária para o CONESAN, para efeito de recebimento de recursos da Caixa Econômica Federal, que são da ordem de 500 milhões de reais para este ano só no Estado de São Paulo. Na nossa região, 23 municípios estão inseridos na área prioritária. Em seguida, informa o recebimento de um dossiê sobre a poluição do rio Atibaia por esgotos e lixo de um vereador de Jundiaí, o Sr. Pedro Joel Lanza, o qual foi encaminhado à CETESB; e de ofício do Consórcio Piracicaba/Capivari, assinado pelo seu Presidente, o Prefeito Municipal de Valinhos, Sr. Vítório Antoniazzi, e pelo Vice Presidente para Assuntos Institucionais, o Prefeito Municipal de Rio Claro, Sr. Cláudio A. de Mauro; que faz colocações bastante oportunas e sugere a retomada de gestões políticas para as questões da Agência de Bacias e cobrança pelo uso da água e sugere um cronograma comum entre as duas entidades, sendo esclarecido que a proposta coincide com o trabalho que o Comitê vem fazendo junto aos Grupos e Câmaras Técnicas, no sentido de encaminhar todos os projetos/assuntos em discussão, a fim de existir sintonia entre o trabalho dos Grupos e Câmaras Técnicas com as Deliberações do Comitê. Dando continuidade, comenta a reunião entre os Secretários Executivos dos Comitês do Estado, realizada nos dias 1 e 2 de junho passados, em Novo Horizonte, em que se estabeleceu uma metodologia visando a homogeneização das informações técnicas sobre todas as áreas de atuação dos Comitês, de forma a permitir que o CRH possa traçar um perfil do Estado de São Paulo; porém, a sugestão mais importante nesta reunião foi no sentido de que cada Comitê de Bacia deverá constituir um grupo de técnicos oriundos dos municípios e sociedade civil para apoiar, se possível em tempo integral, as respectivas Secretarias Executivas. Informa também que foi realizado um Seminário Regional sobre Cobrança pelo Uso da Água, em parceria com o CBH-SMT, na cidade de Salto, em 11 de setembro passado, que contou com a presença de aproximadamente 200 pessoas, inclusive com a participação de muitos Prefeitos, representação significativa do setor agrícola e do setor industrial, onde foi possível receber muitas emendas e sugestões que hoje serão aqui discutidas. Continuando, comenta o recebimento, pela Secretaria Executiva, de 7 volumes referentes à fase atual dos estudos elaborados pelo Consórcio Figueiredo Ferraz / COPLASA, fruto do contrato com o UGP-PCJ, e que tais relatórios encontram-se à disposição de todos. Finalizando, o Senhor Rui Brasil Assis, Secretário Executivo, comenta que na página 9 do material

distribuído aos membros do CBH-PCJ, consta a situação dos 20 projetos indicados ao FEHIDRO, sendo que destes somente 6 foram contratados. Neste ponto, o Prefeito de Monte Mor, Sr. João Rinaldo, pede a palavra para perguntar se no caso específico da SABESP, referente ao município de Monte Mor, que ainda não entrou com os documentos, isto poderia ser encaminhado pela própria Prefeitura. O Sr. Rui Brasil Assis, solicita a manifestação do Eng^o Sérgio Bacchi, representante da SABESP e tendo em vista que este órgão é o tomador dos recursos. O Eng^o Sérgio Bacchi esclarece que os projetos da ETE para o município de Monte Mor estão concluídos, porém tem conhecimento que o único impedimento para continuidade do projeto refere-se à liberação das áreas para sua construção, que estão a cargo da própria Prefeitura. O Prefeito Municipal de Monte Mor esclarece que este problema envolve as pendências entre a SABESP e o município, referentes à concessão dos serviços.

4. Assuntos a deliberar; 4.1 - Indicação de recursos do FEHIDRO para contratação da GV-Consult pelo Consórcio Piracicaba-Capivari :

Em seguida o Sr. Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CBH-PCJ, passa a palavra ao Presidente do CBH-PCJ, que informa que o próximo item da pauta refere-se à indicação de recursos do FEHIDRO para contratação da GV-Consult pelo Consórcio Piracicaba – Capivari, retornando a palavra ao Secretário Executivo para maiores esclarecimentos. Este informa que o item 4.1 dos assuntos a deliberar, trata da discussão da Minuta de Deliberação nº 47/97, que indica investimento ao FEHIDRO para contratação de estudos de arranjo institucional para obtenção de empréstimo internacional e dá outras providências. Relata os motivos que originaram a idéia de realizar esta contratação e as etapas que culminam com a proposta desta Minuta de Deliberação. Esclarece que nas páginas 11 a 14 do material distribuído aos membros do Comitê, consta um resumo sintético da proposta. Esclarece que está se propondo nesta Deliberação, a aprovação da contratação como um projeto especial não sujeito aos critérios de distribuição de recursos, critérios estes aprovados na última reunião; caso contrário o Consórcio não estaria habilitado a inscrever-se para outros projetos. Acrescenta ainda que, pelo fato deste projeto revestir-se de uma natureza especial, está-se pedindo ao COFEHIDRO a dispensa da contrapartida, tendo em vista que todo projeto tem que ter contrapartida de no mínimo 20%. Informa também que está se propondo um Grupo de Trabalho específico para acompanhar e coordenar a elaboração do serviço, o qual será dissolvido assim que o contrato for finalizado. Este grupo de trabalho é o mesmo que já participou das discussões para elaboração do Termo de Referência para esta contratação. Em seguida, o Sr. Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CBH-PCJ, passa a palavra ao Sr. Pedro Theodoro Kühn, que abre a palavra ao plenário para manifestações. O representante do Município de Holambra, Sr. Petrus B. Weel, pergunta sobre o início dos trabalhos, sendo informado pelo Secretário Executivo, que este dar-se-á tão logo seja aprovado pelo plenário. O Sr. Sérgio Bierrembach de Castro, representante do município de Campinas, registra seu protesto pelo fato de que têm participado dos trabalhos deste grupo que acompanhou a proposta da GV-Consult e a argumentação mais importante para que fosse escolhida a GV-Consult era de que o Banco Mundial precisava deste estudo referente à questão institucional concluído na primeira quinzena de dezembro, porém até esta data este estudo ainda não foi iniciado e isto prejudica o cronograma. O Sr. Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CBH-PCJ, esclarece que o Comitê enviou ofício ao Ministério de Planejamento e Orçamento, solicitando a opinião formal dos técnicos do governo sobre esta contratação e nesse ofício foi solicitado também que o Ministério acionasse o representante do Banco Mundial para que ele também opinasse, só que este representante somente pôde vir ao Brasil a 15 dias atrás. Em seguida, foi realizada uma reunião com integrantes do Ministério de Planejamento e Orçamento e Banco Mundial, em que a Secretaria Executiva e o Consórcio também participaram, onde foi recomendada a elaboração deste estudo. O Sr. Sérgio Bierrembach de Castro, representante de Campinas, esclarece que seus protestos referem-se ao modo que se propõe a contratação da GV-Consult. Em sua opinião deveriam haver mais duas propostas comerciais e cita, pôr exemplo, as instituições UNICAMP e USP. O Sr. Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CBH-PCJ, esclarece que o Sr. Sérgio Bierrembach de Castro participou das discussões no âmbito do grupo e que as decisões foram tomadas pôr consenso, constando a justificativa para o ponto alegado da própria minuta de deliberação. O Sr. Roberto Rodrigues, representante do município de Piracicaba, tomando a palavra, reitera a posição do Secretário Executivo que dentro do grupo designado para acompanhar a elaboração do Termo de Referência para contratação dos estudos sobre a questão do arranjo institucional, que conta com a participação do Sr. Sérgio Bierrembach

de Castro, todas as decisões foram de consenso. O Sr. César R. Rivelli, representante da Associação de Engenheiros de Jundiaí, pedindo a palavra, comenta as três propostas de Arranjo Institucional e ressalta que somente a terceira alternativa, Empresa Regional, necessita de detalhamentos e conclui que, se a proposta da GV-Consult inclui todos estes detalhes que podem ser dispensados, ela pode ser revista a fim de economizar tempo e dinheiro. O Sr. Rui Brasil Assis explica que a proposta contempla todas as opções, pois de antemão não se pode definir qual a melhor opção para definir a questão do arranjo institucional e quais aspectos devem detalhados ou não. O Sr. César R. Rivelli, representante da Associação de Engenheiros de Jundiaí, pergunta à mesa, se a verba prevista para esta contratação pode ser reduzida caso alguns estudos previstos sejam suprimidos. O Sr. Vitorio Antoniazzi, Prefeito Municipal de Valinhos e Presidente do Consórcio Intermunicipal das bacias dos rios Piracicaba e Capivari, esclarece as três opções previstas para a questão do arranjo institucional e explica as diferenças substanciais que existem entre elas. Em seguida, é colocada em votação a Minuta de Deliberação CBH-PCJ 47/97 (anexo 1), que é aprovada, registrando-se a abstenção da Associação dos Engenheiros de Jundiaí. **4.2 - Emendas ao anteprojeto de lei da cobrança pelo uso da água :** O Presidente do CBH-PCJ passa a palavra ao Secretário Executivo, que ressalta que a Minuta de Deliberação nº 48/97 foi discutida no Grupo Técnico de Planejamento, porém para maiores esclarecimentos solicita que os autores das emendas comentem suas proposições. O Sr. Francisco P. Ometto, representante do Sindicato Rural de Limeira, tomando a palavra, solicita a retirada das emendas anteriormente analisadas e rejeitadas pelo GT-PL, e solicita que sejam apreciadas somente as emendas sob números 05, 06, 07, 08, 09, 11, 14 e 19; constantes do material distribuído, sendo o encaminhamento aceito pelo plenário, as emendas colocadas em votação e aprovadas. A proposta seguinte a ser analisada trata-se da emenda nº 21, proposta pelo Consórcio Piracicaba/Capivari. O Prefeito Municipal de Piracicaba, Sr. Humberto de Campos, pede a palavra para falar em nome do Consórcio, e comenta a proposição desta emenda referente à delegação para os Consórcios e Associações Intermunicipais efetuarem a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e para o exercício de funções de competência das Agência de Bacias, que considera uma proposta extremamente sensata, uma vez que ainda não encontram-se implantadas as Agências de Bacias e Agências Regionais, e acrescenta que esta proposta não é imperativa, pois diz que tais entidades poderão receber delegação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O Sr. Eduardo Lovo Paschoalotti, Vice-Presidente do CBH-PCJ, comentando esta proposição, afirma que é contrário à aprovação desta emenda e esclarece que o Comitê vem desenvolvendo um trabalho que terá sua continuidade na Agência de Bacias, cujo projeto está na Assembléia Legislativa aguardando aprovação. O Sr. Humberto de Campos esclarece que a aprovação desta emenda não impede o andamento do projeto de Agência de Bacias, e acrescenta que há necessidade de um órgão responsável pela cobrança. O Sr. Sérgio Bierrembach de Castro, representante de Campinas, intervindo, reforça a posição do Prefeito Municipal de Piracicaba, porque entende que os recursos a serem arrecadados com a cobrança devem permanecer na Bacia e acrescenta que isto poderia também estimular a formação da Agência de Bacias. O Sr. Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CBH-PCJ, esclarece que o Governo do Estado vem realizando a descentralização da Política de Recursos Hídricos, e cita como exemplo a própria criação dos Comitês e aplicação das verbas oriundas do próprio Estado sem vinculações políticas. Comenta que o Estado concorda com a descentralização da cobrança e esta delegação já se concretizou quando foi encaminhado o projeto da Agência de Bacias à Assembléia Legislativa, concebido com um perfil de administração paritário. Conceitualmente a aprovação da Cobrança pelo Uso da Água dar-se-á junto com aprovação do projeto sobre Agência de Bacias. Esclarece que o Estado quer fazer esta delegação à Agência, tendo em vista que esta entidade apresenta um determinado perfil institucional regido pelo princípio da paridade, perfil este que o Consórcio ainda não tem. Finalizando, informa que a pretensão do Estado é continuar participando deste processo através de uma entidade paritária, apesar de ser minoritário, pois representa somente 1/3. Caso esta delegação da cobrança pelo uso da água seja feita ao Consórcio, esta representação não seria mais paritária. O Sr. Antonio Carlos A. Lobão, representante da ASSEMAE, tomando a palavra, contesta a afirmação do Sr. Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CBH-PCJ, argumentando que tanto o Consórcio como a Agência seriam executores das decisões do Comitê, portanto é favorável à aprovação desta emenda. O Sr. Eduardo Lovo Paschoalotti esclarece que o dinheiro arrecadado com a Cobrança pelo Uso da

Água irá para uma subconta do FEHIDRO, porém o que está se discutindo aqui refere-se à operacionalização desta cobrança. O Sr. Sérgio Bierrembach de Castro, toma a palavra para dizer que a destinação de verba aos municípios é aprovada no FEHIDRO, portanto esta verba pode ser manipulada e ser destinada aos municípios que interessam ao próprio FEHIDRO. E acrescenta que estranha a posição do Sr. Paschoalotti, que sendo representante da Sociedade Civil, defender a destinação desta verba oriunda da cobrança para o Estado. O Sr. Humberto de Campos, Prefeito Municipal de Piracicaba, comenta que teme no que se refere à permissão que consta no Projeto de Lei da Cobrança em que 50% dos recursos possam ser remanejados para outras Bacias e a proposta que consta desta emenda é um meio de assegurar que os recursos arrecadados nesta Bacia sejam aqui aplicados. É nesse sentido que considera importante, até como instrumento de pressão para a criação da Agência de Bacias, esta possibilidade de delegar ao Consórcio efetuar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. O Sr. Francisco P. Ometto, representante do Sindicato Rural de Limeira, tomando a palavra, afirma que é temeroso a adoção desta opção de delegar ao Consórcio esta possibilidade, tendo em vista a representação tripartite. Portanto considera imprescindível buscar a aprovação do projeto da Agência. Em seguida, o Sr. Pedro Theodoro Kühn, Presidente do CBH-PCJ, coloca em votação a Emenda nº 21. Após votação nominal, esta emenda é rejeitada pelo plenário. Em seguida, é colocada em votação as Emendas nºs 22 e 23, que são aprovadas pelo plenário. Finalizada a análise e votação das emendas propostas ao anteprojeto da cobrança pelo uso da água, é colocada em votação e aprovada a Minuta de Deliberação 48/97 (anexo 2) que trata das emendas aprovadas, as quais são remuneradas, na ordem da aprovação, para os números 01 (hum) a 10 (dez).

4.3 - Indicação de projetos prioritários do FEHIDRO com recursos do orçamento de 1997 : O Presidente do CBH-PCJ passa a palavra ao Sr. Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CBH-PCJ, que informa que este item refere-se a Minuta de Deliberação nº 49/97, que indica prioridades de investimentos ao FEHIDRO e dá outras providências (páginas 41 a 43 do material distribuído). Esclarece que na página 45 deste mesmo material consta a proposta de alternativas para aplicação de recursos do FEHIDRO, referente ao orçamento de 1997, proposta esta elaborada pelo Grupo Técnico de Planejamento. Esclarece que a verba disponível compreende R\$ 2,547 milhões, que descontada a verba destinada à contratação do Estudo sobre a questão do Arranjo Institucional, resta um valor de R\$ 2,317 milhões e que os critérios básicos considerados nesta proposta de hierarquização foram estabelecidos pelo próprio Comitê e o COFEHIDRO. Explica que na reunião anterior do Comitê, realizada em Limeira, aprovou-se a *FICHA RESUMO DA OBRA, SERVIÇO OU PROJETO PARA FINS DE SOLICITAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS* cujo prazo de entrega à Secretaria Executiva foi prorrogado a fim de facilitar aos municípios. Nesta ficha ,constavam uma série de informações que serviram de subsídios para o GT-PL estabelecer esta proposta de hierarquização. Pôr fim, informa que fica estabelecida a partir desta data, o prazo de 30 dias para que o interessado apresente os documentos que foram informados na *FICHA RESUMO*. Caso isto não ocorra, o interessado será substituído pelo imediatamente inferior. Após estes esclarecimentos, o Secretário Executivo do CBH-PCJ propõe a votação Minuta de Deliberação 48/97 (anexo 3), que colocada em votação é aprovada pôr unanimidade.

5. Outros Assuntos: Retomando a palavra o Prefeito de Piracicaba, o Sr. Humberto de Campos, esclarece que na planilha que consta da página 9, existem duas destinações de verba para Piracicaba, porém explica que estas liberações dependiam da aprovação do Senado referentes ao aumento da capacidade de endividamento da município, como isto já ocorreu, estes recursos serão liberados provavelmente no prazo de 10 dias. O Sr. Rumaldo Kokol, Presidente do DAE de Americana, solicita esclarecimentos quanto ao fato da liberação dos recursos do FEHIDRO destinados às obras da segunda etapa da ETE de Americana estarem condicionados à comprovada eficiência do projeto. O Sr. Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CBH-PCJ, esclarece que esta pendência consta do parecer técnico da CETESB, ou seja, a liberação da segunda parcela do financiamento dar-se-á quando da comprovação da eficiência da ETE.

6. Encerramento : O Presidente do CBH-PCJ, Sr. Pedro Theodoro Kühn, Prefeito Municipal de Limeira; fazendo uso da palavra, agradece aos presentes e dá por encerrada esta reunião.

RUI BRASIL ASSIS
Secretário Executivo

EDUARDO LOVO PASCHOALOTTI
Vice-Presidente

PEDRO TEODORO KÜHL
Presidente